



Trajano & Silva

Advogados Associados

**RELATÓRIO DE TRAMITAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES NO CONGRESSO NACIONAL
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA – (maio 2006)**

NOVOS CURSOS

Proposição	Autor	Ementa	Comissões	Relatores	Histórico	Situação
PL 1765/99 (PL 1819/99) (PL 4413/01)	Dep. Sérgio de Carvalho PSDB/RO Reeleito(2003-2007)	Currículo mínimo para cursos superiores	1.CECD 2.CCJC	1.Dep. Iara Bernardi (PT-SP)	Parecer na CECD pela aprovação deste, do PL 1819/1999, e do PL 4413/2001, apensados, com substitutivo	<u>CECD</u> - desde 30.3.2004 o Relatório com voto pela aprovação do PL e dos apensados na forma do substitutivo da Relatora, está pronto para ser incluído na Pauta da Comissão.
PL 3340/00 (PL 5263/01) (PL 839/03) (PL 1823/03)	Dep. Renato Silva PSDB/PR Não se reelegeu	Criação de Novos Cursos	1.CTASP 2.CSSF 3.CECD 4.CCJC	1.Dep. Jovair Arantes (PSDB-GO) 2.Dep. Darcísio Perondi (PMDB-RS)	<u>CSSF</u> - em 20.10.2004, foi apresentado voto do relator, Dep. Darcísio Perondi, pela aprovação do PL principal e do PL 5263/01, apensado, na forma do substitutivo apresentado pela CTASP, e pela rejeição do PL 839/03, e do PL 1823/03, apensados. (CSSF) – em 07/12/2004, foi aprovado por unanimidade o parecer. Em tramitação na CECD. CEC em 24/2/05 - Encerrado o prazo para emendas. Não foram apresentadas emendas.	CEC em 14/03/05 - Apresentação de Requerimento pela Deputada Neyde Aparecida, solicitando a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Educação e Cultura, para debater o Projeto de Lei nº 3.340, de 2000, que "determina que a criação de novos cursos superiores de direito dependerão de parecer da OAB, e de cursos de odontologia, medicina, psicologia e veterinária, de parecer da representação". CEC 2/5/06 – Devolvido sem manifestação.

OBS. Matérias sombreadas sofreram alteração na tramitação no período.



Trajano & Silva

Advogados Associados

PL 2264/96 (PL 2322/96) (PL 4210/98)	Dep. Paulo Rocha PT/PA Reeleito(2003-2007)	Residência em saúde	1.CTASP 2.CECD 3.CCJC	1.Dep. Paulo Paim (PT-TS) 2.Dep. Lídia Quinan (PSDB-GO) 3.Dep. Antônio Cruz (PTB-MS)	<u>CTASP</u> – aprovado o parecer do Relator pela aprovação, com emendas, deste e contrário ao PL 2322/96 e ao PL4210/98, apensados. <u>CECD</u> – aprovado o parecer da Relatora pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 2322/1996, e do PL 4210/1998, apensados, da emenda apresentada na CTASP e reapresentada na Comissão e das emendas adotadas pela CTASP.	<u>CCJC</u> – desde de 20/01/04 pronto para pauta o parecer do Relator, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda do Relator, das emendas 1 a 9 adotadas pela CTASP, da Emenda 1 apresentada na CEC, do PL 2.322/96, com emenda, e do PL 4.210/98, com emenda; e pela antiregimentalidade da Emenda 1 apresentada na CTASP. Em 07/3/05 - Publicação do parecer da CECD. DCD 10 11 01 PÁG 57878 COL 02, Letra B.
---	---	---------------------	-----------------------------	---	---	---

OBS. Matérias sombreadas sofreram alteração na tramitação no período.



Trajano & Silva

Advogados Associados

PL 1641/03	Dep. José de Ribamar Costa Alves PSB/MA	Inclui a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do Ensino Médio.	1.CEC 2.CCJC	1.Dep. César Bandeira 2.Dep. Alexandre Cardoso.	<u>CEC</u> – aprovado o parecer do Relator pela aprovação deste. <u>CCJC</u> – aprovado o parecer do Relator pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emendas. Em 07.07.04 – foi apresentado recurso 139/04, do Dep. Carlos Abicalil, solicitando que este Projeto seja apreciado pelo Plenário. Aguardando ser incluído na Pauta do Plenário. Em 04/8/04 – Encerramento automático do prazo para recurso.	PLENÁRIO 5/05/06 - Apresentação Do REQ 3939/2006, Pelo Dep Dr. Ribamar Alves, Que "Requer A Apensação Do PL N° 6.642/06 Ao PL N° 1.641/03. MESA 10/05/06 - Indeferido o REQ 3939/2006, por intempestividade, nos termos do art. 142, parágrafo único, parte final, do Regimento Interno. Ressaltando que a interposição de recurso em relação ao PL 1.641/2003, nos termos do art. 132, § 2º, do mesmo Regimento, não altera o rito de apreciação da Proposição. Somente o provimento do recurso causaria a mudança de rito, abrindo ensejo ao pedido.
-------------------	---	---	-----------------	--	---	---

OBS. Matérias sombreadas sofreram alteração na tramitação no período.



Trajano & Silva

Advogados Associados

PL 1444/03	Dep. Abelardo Lupion PFL/PR	Altera lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975, a fim de dispor sobre o exame de suficiência para o exercício das profissões de Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional.	1. CSSF 2. CTASP 3. CCJC	Dep. Geraldo Resende	CSSF em 9/06/05 - Aprovado por <u>Unanimidade o Parecer</u> . Em 16/6/05 - Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Seguridade Social e Família publicado no DCD de <u>17/06/05, Letra A.</u> CEC em 25/07/05, designado Relator, Dep. Rafael Guerra <u>PSDB-MG.</u> Em 29/07/05 - Abertura de Prazo para Emendas ao Projeto a partir de 01/08/2005. Em 5/08/05 - Encerrado o prazo para emendas. Não foram apresentadas emendas.	CEC 23/1/06 - Apresentação do PRL 1 CEC, pela Dep. Alice Portugal. Parecer da Relatora, Dep. Alice Portugal (PCdoB-BA), pela rejeição deste. CEC 22/2/06 - Aprovado requerimento nº 227/06 do Sr. Geraldo Resende que requer a realização de Audiência Pública para debater o mérito do PL 1.444, de 2003, que dispõe sobre o exame de suficiência para o exercício das profissões de fisioterapia e terapia ocupacional.
-------------------	------------------------------------	---	--------------------------------	----------------------	--	---

REGULAMENTAÇÃO DE PROFISSÕES

Proposição	Autor	Assunto	Distribuição	Relatores	Histórico	Situação
PLC 90/2001	Dep. Aldo Rebelo PC do B/ SP	Regulamenta a profissão de Tecnólogo	1.CTASP 2.CCJC 3.CAS SF	1.Dep. Agnelo Queiroz 2.Dep. Vicente Arruda 2.1. Dep. Fernando Coruja – redação final 3.Sen.Augusto Botelho	Aprovado com emendas nas duas comissões da Câmara, encaminhado ao Senado Federal e agora aguarda o parecer na CAS do Senado Federal.	<u>CAS</u> – desde 28/08/03, aguardando audiência pública para instrução do Projeto.

OBS. Matérias sombreadas sofreram alteração na tramitação no período.



Trajano & Silva

Advogados Associados

PL 3124/97	Dep. Barbosa Neto PMDB/GO Reeleito(2003-2007)	Regulamenta Profissão de Psicopedagogo	1.CTASP 2.CECD 3.CCJC	1.Dep. Sandro Mabel 2.Dep. Marisa Serrano 3.Dep. Mendes Filho	<u>CTASP</u> - aprovado parecer favorável do relator contra o voto do Dep Jovair Arantes. <u>CECD</u> – aprovado parecer favorável da relatora com emendas, contra os votos dos Deputados Gilmar Machado (PT-MG) e Professor Luizinho (PT-SP). <u>CCJC</u> – Parecer do Relator pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com substitutivo, e das Emendas da CECD, com subemenda. Não foram apresentadas <u>emendas ao substitutivo</u> . <u>CCJC</u> – desde 12.05.2004, pronto para a pauta, aguardando deliberação. Em 11/05/05 – entra na pauta da <u>CCJC</u> – Não deliberado. <u>CCJC</u> Em 17/08/05 – Não deliberado.	CCJC 08/11/05 - Devolvido ao Relator, Dep. Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS). Retirado de pauta a requerimento do Relator. Em 24/11/05 – Devolvido sem manifestação. CCJC 18/1/06 - Devolvida pelo Relator sem Alterações no Parecer.
-------------------	--	--	-----------------------------	---	---	--

OBS. Matérias sombreadas sofreram alteração na tramitação no período.



Trajano & Silva

Advogados Associados

PL 4746/98	Dep. Arnaldo Faria de Sá PPB/SP Reeleito(2003-2007)	Regulamenta Profissão de Pedagogo	1.CECD 2.CTASP 3.CCJC	1. Dep.Átila Lira PSDB/PI	<u>CECD</u> - recebeu parecer, do relator Dep. Átila Lira, favorável com substitutivo. <u>CEC</u> - em 19/11/04, encerrado o prazo para emendas, não foram apresentadas emendas ao substitutivo. Aguardando deliberação.	<u>CEC</u> em 03/08/05 – Foi aprovado por Unanimidade na Comissão, o Parecer do Relator Dep. Átila Lira PSDB-PI, que foi favorável com substitutivo. O PL foi recebido pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) no dia 10/08/05. Em 12/08/05 – Publicado Parecer da Comissão de Educação e Cultura no DCD.
PL 2419/00	Dep. Jandira Feghali PC do B/RJ Reeleita(2003-2007)	Regulamenta profissão e cria Conselho Federal e Regional de Psicomotricidade	1.CECD 2.CCJC	1.Dep. Esther Grossi PT/RS	<u>CECD</u> – aprovado parecer contrário em caráter conclusivo (sujeito a arquivamento). A autora interpôs recurso contra poder conclusivo da <u>CECD</u> . <u>MESA</u> – desde 04/10/2000, aguardando deliberação de Recurso.	Em 31/1/03 - Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno. Em 01/4/03 - Desarquivado nos termos do Artigo 105 do R.I.

OBS. Matérias sombreadas sofreram alteração na tramitação no período.



Trajano & Silva

Advogados Associados

PLC 025/05	Dep. Gonzaga Patriota.	Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Musicoterapeuta	1.CSSF 2.CTASP 3.CCJC	1.Dep. Salomão Gurgel (PDT/BA) 2.Dep. Evandro Milhomen (PSB/AP) 3. Dep. Luiz Antonio Fleury.	CCJC – Em 15/3/05, o apensado teve aprovada a redação final por unanimidade. Em 1/4/05, teve remessa ao Senado Federal, através do Of PS-GSE/121/05. CAS em 19/4/05 – Proposição com o Relator Senador Papaleo Paes para relatar a presente matéria. <u>CAS</u> em 23/06/05 – Matéria com a Relatoria; Reunida a Comissão nesta data, a matéria foi retirada de pauta, a pedido do Relator, Senador Papaléo Paes, para reexame. Ao Gabinete do Senador Papaléo Paes. <u>CAS</u> em 16/08/05 – Designado o Senhor Senador Demóstenes Torres para relatar a presente matéria.	Em 10/08/05 - Devolvido pelo Senador Papaléo Paes para redistribuição. Matéria aguardando designação de relator. <u>CAS</u> 31/8/05 - Devolvido pelo Relator Senador Demóstenes Torres, com minuta de Parecer concluindo pela rejeição do Projeto. Matéria pronta para pauta. Em 15/9/05 - Reunida a Comissão nesta data, lido o relatório pelo Senador Demóstenes Torres, foi concedido vista à Senadora Íris de Araújo. Ao Gabinete da Senadora Íris de Araújo. <u>CAS</u> 29/9/05 - Reunida a Comissão nesta data, foi aprovado Requerimento nº 35 de 2005 de Audiência Pública. A Matéria foi adiada, aguardando designação de data da audiência pública.
-------------------	-------------------------------	--	-----------------------------	--	---	---

OBS. Matérias sombreadas sofreram alteração na tramitação no período.



Trajano & Silva

Advogados Associados

PLS 043/2002	Sen. Arthur da Távola PSDB/RJ Não se reelegeu	Regulamenta a profissão de astrólogo	1. CAS	1.Sen. Sibá Machado (PT-AC)	Devolvido pelo Senador Sibá Machado, com minuta de parecer concluindo pela aprovação da emenda nº 1, na forma de uma subemenda e pela aprovação da emenda nº 2, de autoria da Senadora Emilia Fernandes. Obs: As emendas foram apresentadas pela Senadora, dentro do prazo regimental, e o Substitutivo foi aprovado em 19.06.2002. Matéria pronta para pauta. <u>CAS</u> – desde 06/11/03, matéria pronta para pauta.	CAS - 17/03/2005, aguardando designação do relator, reunida a comissão, em 16/03/05, a matéria é retirada de pauta para redistribuição. aguardando designação de Relator. CAS - 19/04/2005 - Matéria com a Relatora Senadora Ideli Salvatti.
PL 795/2003	Dep. Leonardo Picciani (PMDB – RJ)	Dispõe sobre a regulamentação da atividade profissional de Psicomotricista e autoriza a criação dos Conselhos Federais e Regionais de Psicomotricidade	1.CSSF 2.CTASP 3.CCJC	1. Dep. Eduardo Paes (PSDB – RJ).	O Projeto de Lei se encontra na Pauta. <u>CSSF</u> – 9/3/2005, parecer do Relator, Dep. Eduardo Paes (PSDB-RJ), pela aprovação. <u>CSSF</u> - 12/5/05 – Não Deliberado.	<u>CSSF</u> - 18/5/05 - Aprovado o Parecer contra o voto do Deputado Angela Guadagnin. Em 25/5/05 - Proposição recebida para publicação. Recebimento pela CTASP.

OBS. Matérias sombreadas sofreram alteração na tramitação no período.

Proposição	Autor	Assunto	Distribuição	Relatores	Histórico	Situação
PEC 328/01 PEC 185/03	Dep. Pedro Henry PPB/MT Reeleito (2003-2007)	Altera art. 5º da Constituição Federal. Natureza jurídica dos Conselhos	1.CCJC	1.Dep.Paulo Magalhães PFL/BA	<u>CCJC</u> - parecer favorável do Relator Fernando Gonçalves. Devolvido por força de saída do relator da comissão. Designado novo relator, Dep. Paulo Magalhães; <u>CCJC</u> - em 24/03/04, apresentação do parecer do Relator pela inadmissibilidade desta, e pela admissibilidade da PEC 185/2003, apensada. Pronto para pauta. Em 24/3/05 A matéria entra na Pauta da <u>CCJC</u> . CCJC em 17/08/05 – Foi aprovado por Unanimidade na CCJC o Parecer do Relator Dep. Paulo Magalhães PFL-BA, pela inadmissibilidade desta, e pela admissibilidade da PEC 185/2003, apensada. 23/8/05 Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania publicado no DCD de 24/08/05, Letra A.	Em 28/8/05 - Sujeito a arquivamento, nos termos do artigo 54, combinado com o artigo 58, § 4º do RI. Prazo para apresentação de recurso artigo 58, § 2º (05 sessões ordinárias) a partir de: 29.08.05. Em 12/9/05 -Encerramento automático do Prazo de Recurso. Em 6/9/05 - Não houve recurso ao Plenário questionando a decisão da CCJC pela inadmissibilidade da PEC 328/01, a mesma fora arquivada, nos termos do artigo 58, § 4º do RICD.
PL 867/95	Dep. Paulo Lima PMDB/SP (Reeleito 2003-2007)	Registro de empresas nos Conselhos	1.CEIC 2.CTASP 3.CCJC	1.Dep. Antônio Balhmann 2.Dep. Ricardo Rique. 2.1.Dep. Babá (parecer vencedor) 3.Dep. Paulo Rocha	<u>CEIC</u> – aprovado com substitutivo. <u>CTASP</u> – rejeitado parecer favorável com emenda. Aprovado parecer vencedor do Dep. Babá pela rejeição. Pareceres contrários levam projeto ao Plenário. <u>CCJR</u> - designado relator, Dep. Nelson Pellegrino, que forneceu parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emendas. O dep. deixou de ser membro da comissão e foi designado novo relator, dep. Paulo Rocha.	<u>CCJC</u> - em 01/08/03, designado novo relator Dep. Paulo Rocha. Aguardando parecer. CCJC em 12/4/05 - Devolvida sem Manifestação. Em 5/5/05 – Designado novamente o Relator, Dep. Nelson Pellegrino (PT-BA).



Trajano & Silva

Advogados Associados

Proposição	Autor	Assunto	Distribuição	Relatores	Histórico	Situação
PLS 405/99	Sen. Luiz Estevão Sem mandato	Adoção do Simples pelos profissionais Liberais-microempresas	1.CAE	1. Sen. Jorge Bornhausen (PFL/SC)	Distribuição Ao Senador Jorge Bornhausen, para relatar, por ordem do Presidente da Comissão, Senador Ramez Tebet.	<u>CAE</u> – desde 25/02/03, aguarda parecer do relator.

AValiação Psicológica

Proposição	Autor	Assunto	Distribuição	Relatores	Histórico	Situação
PL 3648/97 (PL 5825/01)	Dep. Maria Elvira PMDB/MG NÃO SE REELEGEU	Avaliação psicológica para ingresso nos órgãos e empresas de segurança	1.CTASP 2.CREDN 3.CCJC	1.Dep. Narcio Rodrigues 2.Dep. Leur Lomanto 3. Dep. Alexandre Cardoso	<u>CTASP</u> – rejeitado. <u>CREDN</u> – aprovado com emendas. <u>CCJC</u> - Parecer do Relator pela inconstitucionalidade deste, do PL 5.825/01, apensado e das emendas aprovadas na <u>CREDN</u> .	<u>CCJC</u> - desde 26/09/03, matéria pronta para pauta.
PEC 26/2003	Sen. Antônio Carlos Valadares PSB/SE	Exclui dos concursos o caráter eliminatório dos testes psicotécnicos	1. CCJC do Senado Federal	1.Sen. Antônio Carlos Magalhães (PFL/BA)	<u>CCJ</u> – em 29/05/03, recebido o relatório com voto pela aprovação.	<u>CCJ do SF</u> – em 29/05/03, matéria pronta para a pauta

CONSELHOS

OBS. Matérias sombreadas sofreram alteração na tramitação no período.



Trajano & Silva

Advogados Associados

PISO SALARIAL E PROFISSÃO DO PSICÓLOGO

Proposição	Autor	Assunto	Distribuição	Relatores	Histórico	Situação
PL 1858/91	Dep. Sigmaringa Seixas (ex) PT-DF Eleito DF (2003-2007)	Piso salarial e jornada de trabalho Psicólogo	1.CTSS, 2.CCJC	1.Dep. Luciano de Castro 2.Dep. Geraldo Magela	Aprovado na CD e enviado ao SF que aprovou o PL com substitutivo. <u>CTASP</u> – aprovado o substitutivo do SF. <u>CCJC</u> – aprovado com emenda o substitutivo do SF. PLENÁRIO - discussão em turno único.	<u>Plenário</u> - em 06/11/03, retirado de pauta por acordo dos Líderes.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proposição	Autor	Assunto	Distribuição	Relatores	Histórico	Situação
PL 60/99 (PL 2863/00) (PL 1278/99) (PL 5799/05)	Dep. Iara Bernardi PT/SP Reeleita 2003-2007	Determina custeio pelo SUS, do tratamento psicológico a pessoas vítimas de violência sexual	1.CSSF 2.CCJC	1.Dep. Henrique Fontana 2.Dep. Luiz Eduardo Greenhalgh	<u>CSSF</u> – aprovado o PL 60/99, com substitutivo, e rejeitado os apensados. <u>CCJC</u> –aprovado parecer pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, e no mérito, pela aprovação com substitutivo, e pela rejeição do substitutivo da CSSF e dos apensados.	<u>MESA</u> - pronta para pauta do Plenário Em 26/8/05 - Apense-se a este o PL nº 5799/2005.

OBS. Matérias sombreadas sofreram alteração na tramitação no período.



Trajano & Silva

Advogados Associados

<p>PL 3688/00 PL 837/03 PL 1497/2003 PL 1674/2003 PL 2513/2003 PL 2855/2004 PL 3154/2004 PL 3613/2004</p>	<p>Dep. José Carlos Elias - PTB/ES</p>	<p>Dispõe sobre a participação de assistentes sociais e psicólogos na estrutura funcional das escolas</p>	<p>1.CEC 2.CCJC</p>	<p>1.Dep. Celcita Pinheiro (PFL/MT)</p>	<p>CEC em 30/6/05 - Abertura de prazo para Emendas ao Substitutivo a partir de 30/06/2005 CEC em 11/07/05, encerrado o prazo para emendas. Não foram apresentadas emendas ao substitutivo.</p> <p>Em 3/08/05 - Aprovado por Unanimidade na CEC, o Parecer da Relatora Dep. Celcita Pinheiro (PFL-MT), a Deputada Iara Bernardi apresentou voto em separado.</p> <p>Em 10/08/05 - Recebimento pela CCJC, com as proposições PL-2513/2003, PL-1031/2003, PL-837/2003, PL-3154/2004, PL-4738/2004, PL-2855/2004, PL-3613/2004, PL-1497/2003, PL-1674/2003 apensadas</p> <p>CCJC 25/8/05 - Designado Relator, Dep. André de Paula (PFL-PE).</p> <p>26/8/05 - Abertura de Prazo para Emendas ao Projeto a partir de 29/08/2005. Em</p>	<p>12/08/05 – Publicado o Parecer da Comissão de Educação e Cultura no DCD.</p> <p>CCJC 21/11/05 - Parecer do Relator, Dep. André de Paula (PFL-PE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, do Substitutivo da Comissão de Educação e Cultura, do PL 837/2003, do PL 1031/2003, do PL 1497/2003, do PL 1674/2003, do PL 2513/2003, do PL 2855/2004, do PL 3154/2004, do PL 3613/2004, e do PL 4738/2004, apensados, com emendas.</p> <p>CCJC 26/4/06 - Vista ao Deputado Mendes Ribeiro Filho. Em 2/5/06 Prazo de vista encerrado.</p>
---	---	---	-------------------------	---	---	---

OBS. Matérias sombreadas sofreram alteração na tramitação no período.



Trajano & Silva

Advogados Associados

PLS 77/03	Sen. João Alberto Souza PMDB/MA	Torna obrigatória a presença de Psicólogo Hospitalar nos serviços de saúde pública e privados.	1.CAS do Senado Federal	1.Sen. Mão Santa (PMDB-PI)	<u>CAS</u> –em 09/12/03, devolvido pelo Relator, com minuta de Parecer concluindo pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo. <u>CCJ</u> – em 17/11/04. Encaminhada à CCJ pela CAS após aprovação de aprovação do requerimento nº 30/2004. Aguardando designação do Relator.	<u>CCJ-SF</u> – 04/02/2005, matéria com a relatoria. Distribuído ao Senador Sibá Machado, para emitir relatório. CCJ-SF 25/1/06 – Devolvido pelo Senador Sibá Machado para redistribuição. Matéria aguardando designação de relator.
PL 3686/04	Dep. Roberto Gouveia PT/SP	Estabelece o Código Nacional de Direitos dos Usuários das Ações e dos Serviços de Saúde.	1.CDC 2.CSSF 3.CCJC	1.Dep. Paulo Lima (PMDB/SP)	<u>CDC</u> - em 03/08/04, encerrado prazo para emendas. Foi apresentada uma emenda. Em 02/5/05 - Parecer do Relator, Dep. Paulo Lima (PMDB-SP), pela aprovação deste, e pela rejeição da emenda supressiva a ele apresentada na Comissão. Em 4/05/05 - Vista ao Deputado José Carlos Araújo. Em 9/5/05- Parecer do Relator, Dep. Paulo Lima (PMDB-SP), pela aprovação deste, com emendas, e pela rejeição da emenda 1/2004 apresentada pelo Deputado Alberto Fraga. CDC em 18/5/05 – Aprovado por unanimidade o Parecer.	Em 19/5/05 – Recebimento pela CSSF, proposição recebida para publicação. Em 25/5/05 - Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Defesa do Consumidor publicado no DCD de 26/05/05, Letra A. <u>CSSF</u> - 31/05/05, Designado Relator, Dep. Dr. Rosinha (PT-PR) <u>CSSF</u> - 1/6/05, Abertura de Prazo para Emendas ao Projeto a partir de 02/06/2005 <u>CSSF</u> - 8/6/05, Encerrado o prazo para emendas. Não foram apresentadas Emendas.

OBS. Matérias sombreadas sofreram alteração na tramitação no período.



Trajano & Silva

Advogados Associados

PL 1658/03	Dep Alberto Fraga PMDB - DF	Altera a Lei nº 80080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da Saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondente e dá outras providências.	1. CSSF 2. CFT 3.CCJC	Dep. Manato (PDT – ES)	CSSF 28/06/05 - Parecer do Relator, Dep. Manato (PDT-ES), pela aprovação. Em 14/9/05 - Vista ao Deputado Amauri Gasques. CSSF em 16/9/05 – Projeto pronto para Pauta na Comissão.	CSSF 24/5/06 - Parecer Vencedor, Dep. Jandira Feghali (PCdoB-RJ), pela rejeição. MESA 6/06/06 – Sujeito a arquivamento, nos termos do art. 133 do RICD. Prazo para apresentação de recurso, nos termos do § 1º do art. 58 do RICD (5 sessões ordinárias a partir de 06/06/2006)
PLS 451/03	Sen. Mozarildo Cavalcanti – PTB/RR	Dispõe sobre o exercício de profissões de saúde por estrangeiros em áreas carentes desses profissionais	1. CAS	Sen. Mão Santa - PMDB/PI		CAS 28/10/05 - Devolvido pelo Senador Mão Santa, nesta data, com req. de Audiência Pública para instrução da matéria.

OBS. Matérias sombreadas sofreram alteração na tramitação no período.



Trajano & Silva

Advogados Associados

ATO MÉDICO

Proposição	Autor	Assunto	Distribuição	Relatores	Histórico	Situação
------------	-------	---------	--------------	-----------	-----------	----------

OBS. Matérias sombreadas sofreram alteração na tramitação no período.

CFP_RELATÓRIO DE TRAMITAÇÃO – 8 junho-2006



Trajano & Silva

Advogados Associados

PLS 025/02 (PLS 268/02)	Sen. Geraldo Altoff PFL/SC NÃO SE ELEGEU	Dispõe sobre ato médico	1.CCJC 2.CAS	1.Sen. Tião Viana	<u>CCJ</u> - em 30/06/04 foi aprovado o Relatório do Senador Tião Viana, que passa a constituir o Parecer da CCJ, favorável ao PLS nº 25/2002, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), e pela rejeição do PLS nº 268/2002 e da Emenda de autoria dos Senadores Leonel Pavan e Sérgio Guerra. <u>CAS</u> - desde 30.6.2004, aguardando designação de Relator. CAS - 28/09/2004, matéria com a relatoria Avocado pela Presidente Senadora Lúcia Vânia. CAS - 07/12/2004, matéria com a relatoria. Anexado às folhas nºs 54 a 56, emenda nos termos do Substitutivo de autoria do Senador Tião Viana. Encaminhado ao Gabinete da Relatora, Senadora Lúcia Vânia, para análise do Substitutivo.	CAS - 01/02/2005 matéria com a relatoria. Recebido da chefia de gabinete da Presidência do Senado expediente encaminhando ofício nº 1600-04/IDIR-CFP do Presidente do Conselho Federal de Psicologia Ricardo Moretzsohn, que encaminha abaixo-assinado referente ao PLS 25/2002, com despacho do Presidente José Sarney, para juntar ao processo (fls. 57 e 58).
-----------------------------------	---	-------------------------	-----------------	-------------------	---	--

OBS. Matérias sombreadas sofreram alteração na tramitação no período.



Trajano & Silva

Advogados Associados

PL 3844/04	Dep. Max Rosenmann PMDB/PR	Define o ato de enfermagem.	1.CSSF 2.CTASP 3.CCJC	Dep. Almerinda de Carvalho (PMDB-RJ)	17/03/2005 - Designada Relatora, Dep. Almerinda de Carvalho (PMDB-RJ) CSSF em 18/3/05 - Abertura de Prazo para Emendas ao Projeto a partir de 21/03/2005; Em 29/3/05 - Encerrado o prazo para emendas. Não foram apresentadas emendas.	<u>CSSF</u> em 18-5-05 – Apresentado Parecer da Relatora, Dep. Almerinda de Carvalho (PMDB-RJ), pela rejeição. Aguardando inclusão na Pauta da Comissão.
-------------------	--------------------------------------	-----------------------------	-----------------------------	--------------------------------------	--	---

OBS. Matérias sombreadas sofreram alteração na tramitação no período.



Trajano & Silva

Advogados Associados

PL 3224/04	Dep. Max Rosenmann PMDB/PR	Dispõe sobre a obrigatoriedade de registro exclusivo dos Hospitais, Maternidades, Casas de Saúde e Clínicas Médicas nos Conselhos Regionais de Medicina.	1.CDEIC 2.CSSF 3.CCJC	1. Dep. Dr. Benedito Dias (PP-AP)	<p><u>CDEIC</u> – em 02/06/04, foi apresentado o parecer do relator pela aprovação. Está pronto para a pauta. Em 27/10/04 entrou em pauta.</p> <p><u>CDEIC</u> – em 27/10/04, concedido vista ao deputado Fernando de Fabinho (PFL-BA) e devolvido no mesmo dia. Também no mesmo dia, a proposição foi devolvida ao Relator.</p> <p><u>CDEIC</u> 31/5/05, Devolvida pelo Relator sem Alterações no Parecer.</p> <p>Em 01/07/05 - Devolvido ao Relator, Dep. Dr. Benedito Dias (PP-AP).</p> <p>Em 16/08/05 - Apresentação da Complementação de Voto (CVO 1 CDEIC), pelo Dep. Dr. Benedito Dias. Parecer pela aprovação, <u>com emenda.</u></p> <p><u>CDEIC</u> 24/8/05 - Aprovado por unanimidade o Parecer. Deputado Fernando de Fabinho PFL/BA apresentou voto em separado pela rejeição.</p>	<p>Em 30/8/05 – Recebimento pela Comissão de Seguridade Social e Família.</p> <p><u>CSSF</u> 4/10/05 - Designado Relator, Dep. Dr. Benedito Dias (PP-AP).</p> <p>6/10/05 – Aberto prazo para Emendas a partir do dia 7/10/05. 18/10/05 - Encerrado o prazo sem apresentação de emendas.</p>
-------------------	--------------------------------------	--	-----------------------------	-----------------------------------	--	---

OBS. Matérias sombreadas sofreram alteração na tramitação no período.



Trajano & Silva

Advogados Associados

PL 7267/02 PL 7389/02 PL 4076/01 PL 4570/01 PL 6510/06	Dep José Carlos Coutinho - PFL / RJ	Estabelecendo a cobertura, pelos planos de saúde, de sessões de Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Psicologia.	1.CSSF 2.CCJC	Dep. Dr. Francisco Gonçalves (PTB-MG).	CSSF 10/11/05 - Parecer do Relator, Dep. Dr. Francisco Gonçalves (PTB-MG), pela aprovação deste, com emendas, e pela rejeição do PL 7389/2002, apensado. CSSF 2/12/05 - Apense-se ao PL-4076/2001. Deferido o Requerimento nº 3173/05 da CSSF, determinando esta apensação. CSSF 13/12/05 - Designado Relator, Dep. Dr. Ribamar Alves PSB/MA.	20/12/05 - Apensação do PL 4570/2001 a esta proposição. 26/1/06 - Apense-se a este o PL-6510/2006.
---	--	--	------------------	--	---	---

REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

Proposição	Autor	Assunto	Distribuição	Relatores	Histórico	Situação
------------	-------	---------	--------------	-----------	-----------	----------

OBS. Matérias sombreadas sofreram alteração na tramitação no período.



Trajano & Silva

Advogados Associados

PEC 171/93 PEC 37/95 PEC 91/95 PEC 301/96 PEC 531/97 PEC 68/99 PEC 133/99 PEC 150/99 PEC 167/99 PEC 169/99 PEC 633/99 PEC 260/00 PEC 321/01 PEC 377/01 PEC 582/02 PEC 64/03 PEC 179/03 PEC 272/04 PEC 302/04 PEC 345/04 PEC 489/05	Dep. Benedito Domingos PP/DF	Altera a redação do artigo 228 da Constituição Federal (imputabilidade penal do maior de dezesseis anos)	1.CCJC	1. Dep. Osmar Serraglio	<u>CCJC</u> - desde 14/05/03, aguardando parecer do Relator.	CCJC – 18/01/2005 apensação da PEC 345/2004 a esta proposição, que determina a mudança do regime de tramitação da matéria para e da forma de apreciação da matéria para Sujeita à Apreciação do Plenário. 19/12/05 – Apense-se a esta a PEC 489/05.
PL 7197/02	Sen. Mozarildo Cavalcanti PPS /RR	Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para permitir a aplicação de medidas sócio-educativas aos infratores que atingirem a maioria penal.	1.CSSF 2.CCJC	1.Dep. Selma Schons (PT-PR)	<u>CSSF</u> – designada relatora a dep. Maria do Rosário e devolvida sem manifestação. Designada nova relatora, dep. Selma Schons. <u>CSSF</u> - em 6/07/04, designada Relatora, Dep. Selma Schons PT/PR. Aguardando parecer.	<u>CSSF</u> – 31/01/2005, devolvida sem Manifestação. 15/03/05 - Deferido Requerimento nº 2458/05, da CSSF, solicitando a inclusão da CCJC para pronunciar-se, também, quanto ao mérito do Projeto.

OBS. Matérias sombreadas sofreram alteração na tramitação no período.



Trajano & Silva

Advogados Associados

PDC 1002/03 (PDC 1028/03) (PDC 1144/04) (PDC 1579/05)	Dep. Robson Tuma PFL/SP	Convoca plebiscito para consulta popular da redução ou não da maioria	1. CCJC	1. Dep. Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP)	<u>CCJC</u> – em 28/04/04, designado relator. Aguardando parecer. <u>CCJC</u> – em 01/03/2005, apresentação do parecer do Relator, Dep. Luiz Eduardo Greenhalgh, pela inconstitucionalidade e injuridicidade; e, no mérito, pela rejeição deste, do PDC 1028/2003, e do PDC 1144/2004, apensados.	23/03/05 - Apense-se a este o PDC-1579/2005. CCJC - 13/4/05, o Relator ratificou o primeiro parecer incluindo a rejeição ao PDC 1579/2005, apensado. CCJC 13/4/06 - Parecer do Relator, Dep. Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), pela inconstitucionalidade e injuridicidade; e, no mérito, pela rejeição deste, do PDC 1028/2003, do PDC 1144/2004, e do PDC 1579/2005, apensados.
---	-----------------------------------	---	---------	---	---	--

DIREITOS HUMANOS

Proposição	Autor	Ementa	Comissões	Relatores	Histórico	Situação
------------	-------	--------	-----------	-----------	-----------	----------

OBS. Matérias sombreadas sofreram alteração na tramitação no período.



Trajano & Silva

Advogados Associados

<p>PL 5003/01 PL 3770/04 Apensado ao (PL 5/2003)</p>	<p>Dep Iara Bernardi PT /SP</p>	<p>Dispõe sobre a promoção e reconhecimento da liberdade de orientação, prática, manifestação, identidade e preferência sexual.</p>	<p>1.CCJC</p>	<p>1. Dep. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)</p>	<p>Foi apensado ao PL 5003/01, que determina sanções às práticas discriminatórias em razão da orientação sexual das pessoas, de autoria da dep. Iara Bernardi (PT-SP). <u>MESA</u> – em 24/06/2004, apensado ao PL 5003/01 que está aguardando parecer na CCJC. 17/03/2005 - Designado Relator, Dep. Luciano Zica (PT-SP). CCJC em 26/04/05 - Parecer do Relator, Dep. Luciano Zica (PT-SP), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste (PL 5003/01), do PL 5/2003, do PL 3143/2004, e do PL 3770/2004, apensados, com Substitutivo, e pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição do PL 381/2003, e do PL 4243/2004, apensados.</p>	<p><u>CCJC</u> em 03/08/05 – Foi aprovado por Unanimidade o Parecer do Relator Dep. Luciano Zica PT/SP.</p> <p>Em 11/08/05 – Publicado o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania no DCD.</p> <p>Em 06/9/05 - Apense-se a este o PL-5/2003.</p> <p>Em 20/4/06 - Apresentação do REQ nº 3884/06, que requer urgência, nos termos do art. 155, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para apreciação do Projeto de Lei nº 5.003.</p> <p>Em 25/4/06 – Discussão em turno único. Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 275-C/05, item 01 da pauta, com prazo encerrado.</p>
--	--	---	---------------	---	--	---

OBS. Matérias sombreadas sofreram alteração na tramitação no período.



Trajano & Silva

Advogados Associados

PL 5816/05	Dep. Elimar Máximo Damasceno – PRONA/SP	Apoio psicológico às pessoas que desejarem deixar a homossexualidade	1.CSSF 2.CTASP 3.CCJC		Em 5/9/05 - Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 6/9/05. <u>CSSF</u> em 6/9/05 - Recebimento pela CSSF. Ainda não foi designado Relator.	CSSF 4/10/05 - Designada Relatora, Dep. Jandira Feghali (PCdoB-RJ). 6/10/05 – Aberto prazo para Emendas a partir do dia 7/10/05. 18/10/05 - Encerrado o prazo sem apresentação de emendas.
PL 2473/03	Dep. Colbert Martins PPS-BA	Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.	1.CSSF 2.CCTCI 3.CCJC	1. Dep. Rafael Guerra		<u>CSSF</u> – desde 9/12/03, aguardando parecer.

CRIANÇA E ADOLESCENTE

Proposição	Autor	Ementa	Comissões	Relatores	Histórico	Situação
-------------------	--------------	---------------	------------------	------------------	------------------	-----------------

OBS. Matérias sombreadas sofreram alteração na tramitação no período.



Trajano & Silva

Advogados Associados

<p>PL 4850/05 PL 5906/05 PL 6744/06</p>	<p>Senado Federal (CPI Mista de Inquérito da Exploração Sexual)</p>	<p>Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848/1940 – Código Penal. Tipifica os Crimes contra a Liberdade e o Desenv. Sexual, Crimes contra o Desenv. Sexual de Vulnerável, Lenocínio, e do Tráfico de Pessoa para o Fim de Exploração Sexual. Tipifica o crime de estupro também para vítimas masculinas.</p>	<p>Tramitará diretamente no Plenário por ser originário de Comissão Mista.</p>	<p>Originário do Senado com o nº PLS 253/2005. Aguardando ser incluído na <u>Pauta do Plenário.</u> <u>Mesa</u> – aguardando <u>distribuição às Comissões</u> 16/03/2005 - Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 17/03/2005. <u>PLEN</u> – 13/4/05, Apresentação do Requerimento de Urgência (Art. 155 do RICD), REQ 2747/2005, pela Dep. Maria do Rosário.</p>	<p>Em 13/10/05 - O PL-5906/2005 foi apensado a este. Foi determinada a mudança do regime de tramitação da matéria de conclusiva nas comissões para Sujeita à Apreciação do Plenário.</p> <p>PLEN – 24/3/2006 -Apensação do PL 6744/2006 a esta proposição.</p> <p>Em 24/4/06 - Encaminhado à republicação, em virtude de apensações.</p> <p>Em 25/4/06 - Discussão em turno único. Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 275-C/05, item 01 da pauta, com prazo encerrado.</p>
--	--	--	--	--	---

OBS. Matérias sombreadas sofreram alteração na tramitação no período.



Trajano & Silva

Advogados Associados

PL 4851/05 PL 5214/05	Senado Federal (CPI Mista de Inquérito da Exploração Sexual)	Altera o art. 241 da Lei nº 8.069/1990, ECA. Tipifica como crime fotografar ou filmar, disponibilizar ou facilitar o acesso às cenas de sexo explícito ou pornográficas, envolvendo criança ou adolescente, na rede mundial de computador (INTERNET).	Tramitará diretamente no Plenário por ser originário de Comissão Mista.	Originário do Senado com o nº PLS 254/2005. Aguardando ser incluído na Pauta do Plenário. <u>Mesa</u> – aguardando distribuição às Comissões Em 23/5/05 - Apense-se a este o PL-5214/2005. PLEN – 13/4/05, Apresentação do Requerimento de Urgência (Art. 155 do RICD), REQ 2746/2005, pela Dep. Maria do Rosário.	Em 01/06/05 - Apensação do PL-5214/2005 a esta proposição. Em 6/07/05 - Alteração do Regime de Tramitação desta proposição em virtude da Aprovação do REQ 2746/2005; Aprovado requerimento da Sra. Maria do Rosário que requer urgência urgentíssima para a apreciação do Projeto de Lei nº 4851/2005. Matéria não apreciada em face do encerramento da sessão. Em 25/4/06 - Discussão em turno único. Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 275-C/05, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
--	--	---	---	---	--

OBS. Matérias sombreadas sofreram alteração na tramitação no período.



Trajano & Silva

Advogados Associados

PL 4852/05 PL-5425/05	Senado Federal (CPI Mista de Inquérito da Exploração Sexual)	Altera o artigo 250 da Lei nº 8.069/90, ECA, Determinando o fechamento definitivo do estabelecimento (hotel, pensão, motel) se verificada a contumácia em hospedar criança ou adolescente sem autorização escrita dos pais ou responsáveis.	Tramitará diretamente no Plenário por ser originário de Comissão Mista.	Originário do Senado com o nº PLS 255/2005. Aguardando ser incluído na Pauta do Plenário. 14/3/2005 - Definida a tramitação nas comissões CSSF e CCJC. Em 16/3/05 - Revejo, por oportuno, o despacho apostado ao Projeto de Lei n.º 4.852/05 para determinar que a proposição seja encaminhada ao Plenário, nos termos do art. 143 do Regimento Comum. Publique-se. PLEN – 13/4/05, Apresentação do Requerimento de Urgência (Art. 155 do RICD), REQ 2748/2005, pela Dep. Maria do Rosário.	Em 24/6/05 - Apense-se a este o PL-5425/2005. Em 06/07/05 - Aprovado requerimento da Sra. Maria do Rosário que requer urgência urgentíssima para a apreciação do PL. Alteração do Regime de Tramitação desta proposição em virtude da Aprovação da REQ 2748/2005. Em 06/07/05 - Encaminhado a CCJC e a CSSF. Matéria não apreciada em face do encerramento da sessão. Em 25/4/06 - Discussão em turno único. Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 275-C/05, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
--	--	---	---	--	---

TIPIFICAÇÃO PENAL

Proposição	Autor	Ementa	Comissões	Relatores	Histórico	Situação
------------	-------	--------	-----------	-----------	-----------	----------

OBS. Matérias sombreadas sofreram alteração na tramitação no período.



Trajano & Silva

Advogados Associados

PL 4293/01 PL 5265/01	Dep. Carlos Batata (PSDB-PE)	Modifica o art. 282 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.	1-CSSF 2-CCJC	1-Dep. Rafael Guerra PSDB-MG 2- Dep. Ibrahim Abi-Ackel PP-MG	CCJC em 29/06/05 - Designado Relator, Dep. Ibrahim Abi-Ackel (PP-MG). 30/3/06 – Devolvida sem manifestação.	18/4/06 - Designado Relator, Dep. Almir Moura (PFL-RJ).
--	--	--	------------------	---	--	--

Proposição	Autor	Ementa	Comissões	Relatores	Histórico	Situação
PL 6222/05 PL 1756/03	João Matos - PMDB /SC	Dispõe sobre a Lei Nacional da Adoção e dá outras providências.	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei PL 1756/03 Apensado ao PL 62220/05	Dep. Teté Bezerra (PMDB-MT)		MESA 17/5/06 - Apresentação do REQ 3977/2006, pela Dep. Teté Bezerra, que requer a desapensação dos PL's. Nº:2680/03, 2481/03, 3658/04 da Lei Nacional de Adoção.

OBS. Matérias sombreadas sofreram alteração na tramitação no período.



Trajano & Silva

Advogados Associados

Comissões da Câmara dos Deputados:

MESA – MESA DIRETORA DA CÂMARA

CAINDR – COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DES. REGIONAL

CAPADR – COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO DESENV. RURAL

CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

CCTCI - COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

CDC - COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

CDEIC - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CDHM - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

CDU - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

CEC - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

CFFC - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

CFT - COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

CLP - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

CMADS - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

CME - COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

CREDN - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTER. E DE DEFESA NACIONAL

CSPCCO - COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

CSSF - COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

CTASP - COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

CTD - COMISSÃO DE TURISMO E DESPORTO

CVT - COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

OBS. Matérias sombreadas sofreram alteração na tramitação no período.



Trajano & Silva

Advogados Associados

Comissões do Senado Federal:

CAE - Comissão de Assuntos Econômicos

CAS - Comissão de Assuntos Sociais

CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CE - Comissão de Educação

CI - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CRE - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

OBS. Matérias sombreadas sofreram alteração na tramitação no período.